



PREFEITURADO
RECIFE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
URBANISMO E MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

ATA da 91ª (nonagésima primeira) Reunião Ordinária Dia 11 de maio de 2001

Às 9:00 (nove) horas, do dia 11 de maio de 2001 (dois mil e um), na sala de reunião do gabinete do Prefeito, no 9º andar do edifício sede da Prefeitura do Recife, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano - CDU, sob a presidência da Dra. Tania Bacelar. Havendo número legal a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: Aprovação/Assinatura das Atas das reuniões: 88ª e 89ª, realizadas nos dias 9 de fevereiro e 9 de março de 2001 e, distribuição da Ata da 90ª reunião. Apresentação do Programa Habitar Brasil – BID. Elaboração do calendário de Projetos, para apresentação/discussão. Discussão sobre o Regimento Interno do CDU. Estiveram presentes os conselheiros, Dra. Norma Lacerda suplente da presidente, Dr. José Eduardo Santos Vital, Secretário Adjunto de Finanças (suplente), Dra. Tatjana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município – SAJ (titular), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos, (suplente), Dr. Francisco José Couceiro de Oliveira, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico (titular), Dr. Romeu Neves Baptista, Secretário de Cultura, Turismo e Esportes (suplente), Dr. André Monteiro Costa, Assessor Especial da Secretaria de Habitação (titular), Dra. Maria Edízia de Oliveira Veiga, representante da Caixa Econômica Federal (titular), Dra. Maria José Marques Cavalcanti, representante da FIDEM (titular), Dra. Circe Maria Gama Monteiro, representante do Mestrado do Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE (suplente), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, FIEPE (suplente), Dr. José Luiz Soares Muniz de Araújo, representante da ACP (titular), Dra. Vera Lúcia Menelau de Mesquita, representante do CREA (titular), Dr. Antônio Aristóteles de G. Bastos, representante do CREA (suplente), Dr. José Dantas Roma, representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT (titular), Dra. Maria Emília Gouveia de Lima Bastos, representante do Sindicato dos Urbanitários – CUT (suplente), Dr. Marco Antonio Borsoi, representante do IAB (titular), Dr. Carlan Carlo da Silva, representante do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC (titular), Dr. Carlos Antonio Barroso Aguiar, representante da Serviço Comunitário Justiça e Paz – SCJP/ABONG (titular), Sr. Clóvis Mário de Lima, representante do FÓRUM do PREZEIS (titular), Presentes ainda, como convidados, Dra. Fernanda Costa, Diretora da DIRCON /SEPLAM, Dr. Fernando Jorge, Assessor do Gabinete do Vereador Ronaldo Ribeiro, Dra. Vânia Siqueira Alves, Assessora do Gabinete do Vereador Jurandir Liberal, Dr. Jair Ananias de Souza Filho – Grupo Pão de Açúcar, Sr. José G. Machado Filho, representando a FEACA. Dra. Tania Bacelar, solicitou a assinatura dos conselheiros, após a aprovação das Atas da 88ª e 89ª (dias 9 de fevereiro e 9 de março de 2001), e distribuiu a Ata da 90ª Reunião (dia 19 de abril de 2001). Em seguida, convidou a Dra. Danielle de Melo Rocha, diretora da Diretoria de Programas Especiais da URB/RECIFE, para apresentar o Programa HABITAR BRASIL – BID. Dra. Danielle esclareceu que foi constituída a Unidade Executiva Municipal – UEM, vinculada a Diretoria de Programas Especiais – DPE da Empresa de Urbanização da Cidade do Recife – URB - Recife, órgão



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente – SEPLAM. Coordenação Geral: Norah Helena dos Santos Neves, que iniciou a apresentação, 1.0 - INFORMAÇÕES GERAIS, 1.1 – Contrato de Empréstimo entre a União e o BID. 1.1.1 – Contrato de Repasse entre a União e o Município, através de convênio com o valor total previsto de R\$ 22.150.000,00. 1.2 Objetivo: Melhoria da qualidade de vida das famílias com renda até 03 salários mínimos que residem em assentamentos subnormais localizados em Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estado. 2.0 SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - DI. 2.1 Objetivo: ampliar e modernizar a capacidade institucional do município para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda. 2.2 PROPOSTA DE AÇÃO: As Ações de Desenvolvimento Institucional estão definidas no Plano Estratégico Municipal – PEMAS – constituído de 03 módulos: - Políticas e Programas, Planejamento e Gestão e Regulação Urbanística. 2.3 APORTES FINANCEIROS: Limite de Repasse para ações de DI: R\$ 3.000.000,00 sem exigência de contrapartida. 2.4 PRIMEIRO CONTRATO DE REPASSE. Valor do Contrato: R\$135.000,00. Metas: - Apoio técnico para gerenciamento do PEMAS, - Dotação da UEM de equipamentos para operacionalização do PEMAS. Estrutura da Política Habitacional do Município e Atualização do Mapeamento dos Assentamentos Subnormais. 3.0 SUBPROGRAMA DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS – UAS. 3.1 - Objetivo: Urbanização de áreas degradadas e de risco, nos quais se prevê ações que garantam não só a inserção da área objeto à malha urbana, como também a sua sustentabilidade através de Projetos Integrados de Intervenção: Projeto Urbanístico; Projeto Executivo de Engenharia; Projeto de Participação Comunitária (incluindo compromisso de 80% da comunidade); Projeto de Geração, Trabalho e Renda; Projeto Ambiental; Plano de Regularização Fundiária e Planos e Programas complementares. 3.2 – APORTES FINANCEIROS. Valor previsto: R\$ 19.150.000,00, com exigência de contrapartida mínima de 15% do Município. 3.3 – 1º CONTRATO DE REPASSE – UAS BEIRA RIO. Valor do Contrato: R\$ 4.567.772,56 dos quais: - R\$ 1.740.198,42 (contrapartida – 38,10%) – R\$2.827.574,14 (OGU/BID) – Custo por família R\$ 14.273,36. Objetivos: - Reassentar as comunidades de José de Holanda e Arlindo Gouveia no bairro da Torre, para uma área próxima no mesmo bairro; - Atender a legislação urbanística do Município, liberando as áreas não edificantes (non aedificandi) e, dotar a cidade de uma estrutura viária cada vez mais demandante de espaço físico. População Beneficiada: - Comunidade Arlindo Gouveia: 40 anos de tempo de ocupação, 109 habitações, 67% de área alagável, 100% das habitações sem esgotamento sanitário e 75% das casas de madeira aproveitável; - Comunidade José de Holanda: 70 anos de tempo de ocupação, 199 habitações, 50% de área alagável, 82% das habitações sem esgotamento sanitário e 95% de casas de alvenaria. Alternativa proposta: Construção de um conjunto habitacional multifamiliar, constituído de 10 blocos de apartamentos com 32 unidades habitacionais cada, perfazendo um total de 320 unidades habitacionais e de uma lavanderia comunitária, projeto social que engloba ações de geração de trabalho e renda, educação ambiental e um projeto de gestão condominial para o conjunto. A proposta de gestão



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

condomínial prevê a auto-gestão e a sustentabilidade através do projeto de geração, trabalho e renda, criando alternativas de retorno financeiro para garantir as despesas do condomínio. Terminada a apresentação Dra. Tania, dá início a discussão, passando a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar representante da SCJP/ABONG, fala que tem algumas indagações a fazer, a primeira é com relação a possibilidade da participação de representações comunitárias no Projeto. Em que fase essa participação se dá, com que natureza, de que forma, consultiva ou deliberativa? Por exemplo, o Fórum do Prezeis teria uma participação na definição política desse Projeto. A segunda é uma preocupação no sentido de que, o volume que vai estar disponibilizado para esse projeto, em obras de urbanização e legalização sejam realizados prioritariamente em áreas onde o recurso possibilite o começo, o meio e o fim da intervenção. O fim da intervenção, é quando um projeto de urbanização e de legalização é concluído, ou que, esse projeto, compartilhado com outro, executado pelo Poder Público, possibilite que, no fim dessa intervenção, esse estado de conclusão seja uma realidade. No sentido de evitar desperdícios de recursos. Outra questão, é sobre os critérios para seleção de novas áreas, que estarão sujeitas a aplicação dos recursos. Por exemplo, áreas ou situações que já contam com projetos específicos, como as áreas dos morros, que já têm disponibilidade financeira do OGU e de outros projetos. Essas áreas seriam contempladas com o Programa Habitar-Brasil/BID, ou seriam selecionadas outras áreas que não teriam cobertura financeira? Com relação a legalização, dou uma sugestão. Já que este projeto conta com a participação da União, e talvez vá abarcar áreas na sua execução, área de marinha, por exemplo, seria interessante, que junto com desembolso financeiro, por parte da União, houvesse também uma possibilidade de que a União, o Poder Executivo, estabelecessem critérios menos burocráticos para a legalização da posse da terra. Sobretudo, quando o projeto fosse contemplar intervenções em áreas da marinha. Outra questão, é a do condomínio. Em seguida Dra. Norah, colocou que uma das idéias seria a instituição do condomínio. Com isso vem uma nova preocupação, não podemos dizer que o objeto desse projeto, seja contemplar uma população de baixa renda, e como veremos depois, a manutenção da estrutura desses condomínios, é um questionamento. Sabemos que, quanto a instituição jurídica dos condomínios, há uma limitação muito grande por força da lei, da intervenção do Município, do Estado e do Poder Público. Como manter, sem degradação esperada a estrutura e a integridade patrimonial desses condomínios, com uma população residencial de baixa renda. Em seguida, Dra. Tania pede às Dras. Norah e Danielle que respondam as perguntas feitas pelo conselheiro Carlos Aguiar, sobre a participação, garantia da conclusão, critérios de seleção de novas áreas, ação da União para agilizar a legalização em casos de terrenos da marinha e condomínio. Dra. Norah diz, que por ele ser um projeto integrado, prever desde a aquisição do terreno a implantação do plano urbanístico, com todas as obras de infra-estrutura urbana, a questão da habitação, o projeto de geração de emprego e renda, o projeto de desenvolvimento comunitário, o projeto ambiental e a regularização como beneficiário final. A regularização fundiária é total, uma exigência do BID. Dra. Danielle responde sobre os critérios de seleção de novas áreas.



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

Esses critérios na realidade, qualquer assentamento subnormal com características, como, ocupação por mais de 5 anos e renda inferior a 3 (três) salários mínimos, seriam atendidos. Hoje, adotamos duas posturas, a primeira é uma seleção que já vinha definida na gestão anterior que é, esse reassentamento, pois achamos que é positivo porque trabalha na questão da recuperação das áreas não edificantes e, também legítima as áreas que já têm uma organização comunitária como as áreas do Prezeis. Fizemos algumas reuniões no Fórum do Prezeis para trabalharmos na priorização desses indicadores. Eles fizeram uma votação e apontaram algumas áreas que poderíamos encaminhar. Como estamos com prazo restrito e inclusive temos que ter uma área para análise, tivemos que traçar critérios até para elencar quais as Zeis que seriam mais viáveis. Temos discutido com a comunidade "Abençoada por Deus", localizada próxima a Vila Santa Luzia, ela está reivindicando a inserção na próxima etapa do Programa, uma vez que consideram legítimo a utilização do terreno que foi alocado e está trazendo duas comunidades de fora. Estamos trabalhando paralelamente, com essas duas ações. Uma parte dos recursos voltados para as Zeis e outra parte para o reassentamento. Quando se faz reassentamento, fica mais caro e a prefeitura termina tendo que colocar uma contra partida maior. Por esta razão, não estávamos pensando em fazer só reassentamento. Deveríamos combinar reassentamento com possibilidade de consolidação em áreas, e aí, as áreas Zeis aparecem como um segundo eixo. Em seguida, a conselheira Maria Edízia representante da CEF, diz que, nos dois primeiros anos, os 60% dos recursos destinados ao Município, deverão estar aplicados. É uma preocupação da CEF, que se defina essa segunda área. Dra. Danielle, fala que a idéia é que se envie as áreas, as Zeis que já estão com os projetos pronto. Em relação a comunidade Abençoada por Deus teremos que identificar um terreno e será uma intervenção de reassentamento, novamente com a questão da verticalização, com gestão condominial. Para o município é mais fácil a intervenção dar certo, quando dentro de uma Zeis, do que numa ação, que se retire famílias de situações de palafitas, para morarem no condomínio. Será um desafio para o município, e o próprio BID, está na expectativa de que isso sirva de exemplo, para outros municípios. Dra. Tania, diz que o Recife tem um problema de área, tem uma enorme quantidade de população em área não edificante. Se uma experiência como essa der certo, aprende-se com ela e ficaria na cultura da cidade. Danielle fala que é por isso, que o componente de Desenvolvimento Institucional é colocado no Programa com uma ênfase muito grande. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiros Carlan, que faz alguma perguntas, o que será feito da área desocupada, nesse projeto especificamente, é uma área interessante pois é na beira do rio Capibaribe. Estou sentido um pouco a falta do mapeamento dessas zonas, dessas áreas vazias do Recife. Tem algumas iniciativas no Prezeis, na tentativa de fazer um banco de terra. Outra coisa é com relação a regularização fundiária. Nós que trabalhamos com isso, sabemos que existe possibilidade de regularização fundiária efetiva, isso, se dá em terrenos públicos geralmente. Vocês têm os terrenos municipais e os terrenos da União. Diz, que é uma preocupação do CENDHEC das ONG's que compõe o Fórum Estadual



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

de Reforma Urbana, com o mangue, inclusive com a parte que se situa atrás do Coque. É interessante trazer também para a mesa do CDU, a discussão da Linha Verde. Danielle, fala que pode fazer parte da proposta de recuperação e implantação dessa via, exatamente um replantio do mangue que foi perdido com a ocupação habitacional. Em relação a questão de regularização, estamos tendo a preocupação com um dos critérios que foram discutidos no Fórum do Prezeis. Em seguida, a conselheira Maria Edízia - CEF, diz que é uma exigência do Programa que toda área que for desativada, com famílias remanejadas, terá que ser feito um trabalho para evitar o futuro reassentamento. O projeto da Beira Rio, não é uma proposta, e sim uma exigência. A prefeitura se comprometeu a executar toda a área ambiental, o trecho da via, urbanizando. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Marco Antonio Borsoi - IAB, que parabeniza a equipe pela apresentação e a disposição de trazer ao CDU para discussão. Esse tema habitacional, projeto urbanístico arquitetônico habitacional é um tema muito marcante nesse último século, na discussão da arquitetura. Gostaria de questionar sobre a solução que vocês apresentaram como uma solução arquitetônica, me parece que segue um pouco a mesma lógica do altíssimo adensamento, o afastamento mínimo entre as unidades, um único tipo de habitação para todas as famílias, o mesmo tipo de bloco. Enfim, sugiro essa possibilidade de aproveitar essa oportunidade, que pode gerar uma dimensão exemplar. Danielle, diz que essa possibilidade de trabalhar essa solução é adequando com as múltiplas possibilidades de famílias e dando uma heterogeneidade na habitação, é uma solução bem menos parecida com aquelas soluções fracassadas dos conjuntos habitacionais. Mas, infelizmente já encontrou negociada e não tinha e nem tem como reverter. Temos que licitar, dar andamento e procurar nas próximas, incorporar essas diretrizes que são bem mais interessantes. Em seguida, Norah fala que dentro daquele tema, daquele Plano Estratégico Municipal, que vamos trabalhar, tem um componente que é justamente isso, estudar novas alternativas, novas propostas de habitação. Quer dizer, está dentro de uma das metas, um dos componentes que serão trabalhados no DI, para que, a partir daí, a política habitacional depois de montada tenha uma proposta física, uma proposta urbanística diferenciada e melhor estudada. Dra. Tania, diz que na sua visão é um dos pontos mais positivos do Habitar-Brasil, a importância e a amplitude que se deu ao DI. O DI não é um segmento vinculado à intervenção dos projetos urbanísticos, é um segmento que vai nos ajudar, a definir política habitacional para a cidade. Ele abre um espaço muito interessante. O Seminário que iremos fazer, é sobre política habitacional para cidade do Recife, não é um seminário sobre a política dessa gestão. Vamos discutir com a cidade, qual é a política habitacional que deveremos conduzir. Danielle fala que o Seminário terá o caráter metropolitano. Estamos incorporando na própria montagem, pensar a política habitacional nessa perspectiva metropolitana, envolvendo inclusive os outros municípios que têm também o Habitar-Brasil. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Daniel da SAJ, diz que sua preocupação também é do ponto de vista ambiental, já que a legislação ambiental estabelece duas limitações para beira de rio. Uma é a supressão de vegetação



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

permanente, e a outra é a definição de área não edificante. A definição da área não edificante, meu modo de ver, é incompatível com qualquer intervenção física que se caracterize com atividade construtiva. Em relação a essa área não edificante, a Secretaria de Assuntos Jurídicos está elaborando um parecer, se pronunciando sobre a redificação e a definição de qual a área, não edificante. A outra preocupação é em relação a continuidade dessas famílias, nessas unidades. Sabemos que, devido a mobilidade social a baixa renda, há uma política nas áreas Zeis de que se faça contrato de direito real de uso, até porque o CDRU permitiria o maior controle por parte do município. Além do projeto de geração e renda e de que os títulos sejam concedidos para as mulheres, há outras alternativas no sentido que se evite essa evasão das famílias. Danielle fala que a intenção, em termos de regularização é essa. Em relação a essa evasão, acho que o acompanhamento social pós obra, pode facilitar a consciência de coletividade que pode ser instalada naquela comunidade. São duas comunidades distintas e que têm que passar por todo um trabalho de sociabilidade e mudança de comportamento. É um desafio, eles não utilizarem os apartamentos como moeda, mas, esse desafio o CDRU pode facilitar. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar do SCJP-ABONG, que diz que a idéia de se instituir os condomínios, vai ser satisfeita. Se vai instituir um condomínio legal, os moradores vão ter que assumir o pagamento de uma taxa para efeito de manutenção deste condomínio. É importante que nesse processo de Desenvolvimento Institucional, a população seja alertada da importância da necessidade dessa contribuição mensal, que nada vai ser totalmente de graça. Fala também que Recife e Jaboatão, poderiam dividir de uma forma conjunta os investimentos com os recursos do Habitar-Brasil/BID. Fazer um consórcio onde o município de Jaboatão entraria com o terreno e o município de Recife com os recursos financeiros para edificar as habitações. Danielle fala que, em relação ao condomínio já vem sendo trabalhado nas reuniões comunitárias preparatórias desse processo. A própria constituição desse núcleo como foi colocado, eles elegem algumas pessoas, para que sejam os síndicos no futuro dos condomínios. Foi colocado, que vai haver taxa mas, não adianta só dizer, que vai haver taxa, tem que gerar renda para que eles, sejam capazes de pagar essa taxa. Em relação aos terrenos, acho que é um componente que pode ser incluído no próprio estudo do DI. Na definição de quais projetos, podem ser feitos com os recursos do DI, temos nos preocupado e colocado que, uma das coisas seria estudar, fazer um levantamento das áreas vazias e das alternativas de viabilização das soluções habitacionais nessas áreas. Dra. Tania, passa a palavra para o conselheiro André, representante da Secretaria de Saneamento, que pergunta como será a relação com o governo do Estado. As intervenções de infra-estrutura, em caso de regularização urbanística, há necessidades de grandes ações de intervenção de infra-estrutura, como: saneamento, drenagem, relocação, e aberturas de vias. Outra coisa é que, pelos custos que foram estimados, há uma folga grande para se trabalhar. Outra preocupação é com relação ao cidadão. Pretendemos desenvolver o que estamos chamando de pedagogia urbana, com qual teoria vamos nos relacionar com esses cidadãos. Usualmente, as intervenções têm mais um caráter de assistência social,



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

pouco se investe, do ponto de vista das pedagogias. Poderíamos pensar numa política habitacional que necessariamente seria uma política de regularização urbana de reassentamento com reflexões também de pedagogia. Danielle responde que, em relação ao relacionamento com o governo do Estado, os projetos são feitos de forma separada. Com relação as tecnologias alternativas acho viável intervir na comunidade Abençoada por Deus. Inclusive nos fóruns das organizações comunitárias da Vila Santa Luzia, têm proposta de utilização de materiais alternativos, nas Zeis existem experiências, que podem até baratear a intervenção. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Jorge Luiz Dantas Roma – CUT, pergunta como será o problema da coleta de lixo do condomínio. Outra questão, é com relação a possível venda do imóvel. O que acontecerá se o proprietário vender esse imóvel, e se ele poderá vendê-lo? Outro questionamento é em relação ao serviço público das prestadoras como, por exemplo a COMPESA e a CELPE. Se o projeto já discutiu com a COMPESA, pois hoje existe a possibilidade de individualização da pena d'água. Em relação a energia, tem que ser feito um trabalho educacional de conscientização grande, para que eles paguem esta energia, pois eles não estão acostumados a pagar e, sim usar gambiarras. Em seguida Danielle fala sobre a experiência com a Beira Rio. É grande nossa preocupação com essa mudança de comportamento. Estamos contratando uma consultoria, para suporte ao Município. O componente emprego-renda é que vai garantir que seja factível a permanência dessa população, nessa nova forma de moradia. Dra. Tania, explica que o imóvel não poderá ser vendido, o proprietário tem o direito de uso, mas terá que ter autorização da prefeitura que é de direito a dona do imóvel. A idéia é colocar o direito real de uso em nome da mulher, por ela ser mais constante, mais fixa. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Clóvis de Lima do Fórum do Prezeis, que dá alguns informes sobre o Fórum que foi realizado no dia 8 de maio p.p. para discutir o Habitar- Brasil/BID. Criamos uma comissão para a escolha das áreas, utilizando os critérios de situação fundiária, grau de pobreza, tempo de existência, tempo de prezeis, o plano urbanístico, se concluído a pontuação seria maior, em andamento a pontuação seria 2 e se não tivesse o plano a pontuação seria menor, como também nos projetos executivos. No Fórum, primeiro votamos sobre os critérios depois foram apresentadas as áreas que atendiam os critérios. Primeiro o Coque, Afogados, Aritana e Coelhos. Uma relação que tem 22 áreas, mas o volume do Habitar é em torno de 9 milhões. A pena d'água e a luz foram individualizadas. O problema hoje é o saneamento condominial que é muito precário. Dra. Tania, passa a palavra à Maria Emília da CUT, tem uma preocupação sobre o replantio naquela área, se vai haver fiscalização. Em relação as construções, minha preocupação é com o idoso e com a questão do lixo. Dra. Tania passa a palavra ao ouvinte, o Dr. José Brito, que dá alguma sugestões para as próximas intervenções, como a faixa de praia de Brasília Teimosa e também a Ilha de Deus na Imbiribeira. . Outra questão é a parte viária da Beira Rio e a Linha Verde. Dra. Tania, fala que na escolha das novas áreas, foram feitas algumas opções estratégicas. Uma é o Capibaribe, porque essa opção estratégica é do governo. Por todas as razões, sejam ambientais, econômicas



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

de identidade da cidade, o Capibaribe vai ser um eixo estratégico importante. Daí achamos que a Abençoada por Deus, tem todos os motivos para justificarmos junto ao BID, como o segundo projeto. A outra seria as áreas Zeis, pelas razões da organização e da existência de projetos. Existe a necessidade de vocês discutirem nossas intervenções no sistema viário, podendo ser assunto para uma outra pauta. Tem também a Beira Rio e a Linha Verde que herdamos da gestão anterior, estamos discutindo e era interessante que houvesse um momento aqui, para que pudéssemos discutir como estamos vendo esse tipo de intervenção, quais as nossas prioridades e preocupações, que são bastantes diferentes daquelas que nós recebemos. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Antonio Aristóteles – CREA, nesses processos, normalmente a complexidade é muito grande e, a primeira simplificação que se faz é em relação ao projeto de arquitetura. No Brasil, nos projetos de habitação popular, não existe a participação de arquitetos, devido a baixa remuneração. Então a idéia seria em cima de um banco de terra, um banco de arquitetura, que houvesse a pré disposição por parte dos arquitetos de remuneração de baixo custo, assim haveria novas propostas de ocupação de espaço. Como essas coisas dependem da gestão pública para ser criado, seria interessante que estes bancos fossem associados ao próprio IAB, órgão catalizador dessas intervenções. Por exemplo um conjunto que custe 2 mil, a princípio nenhum escritório de arquitetura no Recife aceitaria, mas no momento que existe um pressuposto, aceita quem quer. Um escritório, só para propor idéias para a cidade, como uma forma de ação social, de colaboração, para melhoria do padrão de vida da cidade. Dra. Tania, diz que irá assumir a proposta do conselheiro para o conjunto da política habitacional. Estamos com um convênio com a UFPE, apoiando no sentido de criar uma disciplina específica chamada, Habitação Popular, formando nova geração de arquitetos, pensando em habitação popular e não só em habitação de classe média. Em seguida, Dra. Tania passa a palavra ao Dr. Frederico José Holanda, Diretor Executivo de Planejamento da Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco - EMHAPE da Secretaria de Infra – Estrutura do Governo do Estado, que apresentou o Projeto de Urbanização de Assentamentos subnormais – UAS, Sítio Grande/Dancing Days (Houve um problema no equipamento de gravação e não conseguimos registrar a fala do Dr. Fred Holanda. Solicitamos ao mesmo, um resumo da sua apresentação, mas não obtivemos retorno). Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Carlos Aguiar, diz que seria interessante que em relação as intervenções do Habitar Brasil, o Estado e o Município fizessem intervenções em conjunto. Sabemos que não é fácil por uma séria de contingências não só política, como também técnica. Outra questão é incluir nestas intervenções o lazer e a expressão cultural. Segundo os estudiosos são esses os dois elementos mais importantes para garantir e preservar a integração social dos jovens. Para finalizar quero dizer que esses dois projetos têm um ponto de excelência que é a questão da geração de renda. Dr. Fred Holanda, fala que o projeto social tem lideranças que foram indicadas pela própria comunidade, que serão contratadas para integrar a equipe social no processo de educação e da implantação do projeto social como um todo. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Carlan –



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

CENDHEC, diz que a participação da estrutura do Prezeis, realmente não está garantida no projeto, o Centro Dom Helder Câmara, presta assessoria nas Zeis de Sítio Grande e no Fórum do Prezeis. O fato é que existe uma carta de sentença para a desapropriação em Sítio Grande. Nós, como assessoria, gostaríamos de resolver esse problema, mas não tivemos acesso. Tem também a irresponsabilidade do Poder Público, durante anos, em relação as questões ambientais. Dr. Frederico, fala que o projeto, tem algumas áreas como, o estuário de Tejió, para preservação. Recebemos um comunicado que o ex-proprietário Dr. Tomé Dias, estaria, loteando e vendendo lotes populares. Estamos solicitando a intervenção da DIRCON, pois é uma área de preservação e não poderia ser loteada. A conselheira Maria José Marques- FIDEM, fala que algumas leis, federal e estadual, têm artigos que falam da venda ilegal, e se sabendo disso, e tendo como provar, se encaminha ao Ministério Público. É um processo complicado, mas temos também essa atribuição. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro André – SEHAB, fala que tem preocupação enquanto gestor público municipal, quanto a relação entre o município e o estado, em diversas formas, principalmente as relações de intervenções sobre espaços urbanos. É importante discutir e desenvolver ações conjuntas. O município que é responsável pelo uso e ocupação do solo, precisa ter mecanismos formais, como políticos também de constituir essas relações. Conseguimos em Saneamento, uma parceria com o Governo do Estado para uma intervenção integrada numa área. O município tem habilidades que são distintas do Governo do Estado, pelo seu aparato institucional, como por exemplo a estrutura da rede de educação, saúde, controle ambiental, enfim, diversas características que precisam ser discutidas, para constituir parcerias, porque essas parcerias são necessárias. Dra. Tania, fala que a diretriz do Governo Municipal é buscar esta parceria com todo afinco. A área de habitação, é uma área de grande potencial para se fazer esse trabalho articulado. Dra. Tania, passa a palavra c conselheira Circe Monteiro – MDU/UFPE, pergunta como será a idéia do muro de arrimo. Edízia diz que o projeto fala sobre muro de arrimo, mas na realidade, é um calçadão, para se evitar que eles aterrem a área do mangue e ocupem. Fred fala que é um calçadão baixo, mas difícil de derrubar. Depois dos investimentos no replantio do mangue, seria um desperdício de dinheiro público, se não houvesse uma ação de controle. Edízia fala que o projeto recebeu um prêmio, entre todos as intervenções de urbanização de favelas. A EMHAPE recebeu o prêmio, em primeiro lugar, de todo o Brasil. Em seguida, Dra. Tania, marca a data da próxima reunião, dia 08 de junho, fornece o e-mail da Secretaria Executiva do CDU, mqbarreto@pe.gov.br e passa a palavra à Dra. Norma, para apresentação dos Programas de Intervenção Urbanísticas, para os próximos 04 anos. **Guarda Chuva** – Garantir um conjunto integrado e permanente de ações para evitar o ciclo de risco a que está submetida parte da população. **Habitar Recife** – Melhorar as condições de habitação das populações de baixa renda, com ênfase nas áreas de morro e alagados. ⇒ Habitar Brasil – BID, ⇒ Prometrópole, ⇒ Requalificação das ZEIS, ⇒ Urbanização de morros e demais áreas. **Centro Metropolitano** - Requalificar o centro metropolitano de forma a torná-lo atrativo urbanisticamente. ⇒ Transporte



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

Empreendimento, ⇒ Corredor Cultural, ⇒ Centro Expandido, ⇒ Pólo Pina, Brasília Teimosa.

Universalização da Acessibilidade – Melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana através de ações no sistema viário e cicloviário. ⇒ Ampliação e melhoramento do sistema viário, ⇒ Ampliação e melhoramento do sistema cicloviário, ⇒ Redução de acidentes de trânsito. **Requalificação e Reapropriação dos Espaços Públicos** - Recuperar as calçadas, parques, praças e largos da cidade, reconhecendo-os como espaços insubstituíveis para expressão da vida coletiva. ⇒ Projeto Novas Calçadas, Novos Rumos, ⇒ Praças da Cidade, ⇒ Portas da Cidade. **Valorização das Identidades Locais** – Recuperar os elementos de identidade urbanística, naturais e construídos, da cidade. = Revitalização e consolidação de áreas de interesse histórico – cultural, ⇒ Preservação da memória urbana, ⇒ SOS Capibaribe. Dra. Tania, abre sugestões para a pauta da próxima reunião. O conselheiro Carlan, fala que uma das questões que temos que discutir, são os projetos que estão em execução pela prefeitura. Tem também o Orçamento Participativo, a questão de avaliar os projetos da CCU, a DIRCON, com os problemas que estão na cidade. Como sugestão de pauta geral, a discussão da Linha Verde, da Beira Rio, Sistema Viário, Contribuição de Melhoria, Conferência Municipal de Saneamento, Instrumento de Controle Urbano e Orçamento Participativo, que são temas urgentes. Dra. Tania, fala que a idéia de analisar os projetos da CCU, para o CDU ter informações e poder discutir o que está sendo aprovado na Comissão, é muito importante. Poderíamos fazer isso na próxima reunião, onde no terceiro bloco, Norma faria um informe dos projetos que aprovamos no período da atual administração. Dra. Tania, fala também que, os grandes temas polêmicos, não serão encaminhados, sem antes passar pelo CDU, dou como exemplo o Decreto sobre postos de gasolina, que só foi publicado, quando passou pelo CDU. Dra. Norma, fala que, na verdade o que está acontecendo no âmbito do CDU, em termo de redirecionamento das funções do Conselho, está ocorrendo também na CCU. Nós temos, temas que estão sendo discutidos. Por exemplo, na última reunião a ADEMI fez um levantamento de todos os problemas reincidentes. Fez uma explanação, no sentido que a Comissão tivesse uma idéia de toda a problemática em relação a aprovação de projetos. Dra. Tania, passa a palavra ao conselheiro Marco Borsoi – IAB, gostaria que fosse discutido no CDU, a Requalificação dos Espaços Públicos. O conselheiro Carlos Barroso – SCJP/ABONG, fala que, na sugestão da pauta, a discussão do Prometrópole, é de importância fundamental. Também tem a Contribuição de Melhoria, uma apresentação da SEFIN de uma proposta de lei para ser discutida, considerando a nova Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois poderíamos discutir o Estatuto da Cidade e a questão da Identidade Urbanística. Dra. Tania, sugere a apresentação do Prometrópole, um informe de alguns trabalhos da CCU, e a posição do CDU no Orçamento Participativo. O conselheiro Jorge Luiz – CUT, fala da importância da Conferência Municipal de Saneamento, que não foi realizada na gestão passada. Solicita informações da Secretaria de Saneamento, em que período e, se será de fato realizada. O conselheiro André, fala que não está parada, que a Secretaria está marcando reuniões com algumas Entidades, para poder discutir e montar uma proposta sobre



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU

Conferência de Saneamento. Não será um momento único, mas sim, um processo. Dra. Tania, pede à Dra. Norma que dê um informe sobre a questão do andamento do Regimento Interno. Dra. Norma, fala que foi criada uma Comissão, que elaborou uma proposta, já distribuída e inicialmente discutida na última reunião. Solicitamos aos demais conselheiros, contribuições, mas, não tivemos retorno até agora. A proposta é que a Comissão continue o trabalho e, que os conselheiros enviem contribuições. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 11 de maio de 2001.

Tania Bacelar – SEPLAM (Presidente)

Norma Lacerda –SEPLAM (Suplente da presidente)

José Eduardo Santos Vital – Finanças (Suplente)

Tatiana Maia da Silva Mariz – SAJ (Titular)

Daniel Gaio – SAJ (Suplente)

Francisco José Couceiro de Oliveira – Sec.Des.Econômico (Titular)

Romeu Neves Baptista – Sec. Cultura, Turismo e Esportes (Suplente)

André Monteiro Costa – Sec. Habitação (Titular)

Maria Edízia de Oliveira Veiga – CEF (Titular)

Maria José Marques Cavalcanti –FIDEM (Titular)

Circe Maria Gama Monteiro – MDU/UFPE (Suplente)

Antonio Benévolo Carrilho- FIEPE –(Suplente)

José Luiz Soares Muniz de Araújo- ACP-(Titular)

Vera Lúcia Menelau de Mesquita – CREA (Titular)

Antonio Aristóteles G.Bastos – CREA (Suplente)

Jorge Luiz Dantas Roma – CUT (Titular)

Ma. Emilia Gouveia Lima Matos - Sind. Urbanitários (Suplente)

Marco Antonio Borsoi – IAB (Titular)

Carlan Carlo da Silva – CENDHEC/ABONG (Titular)

Carlos Antonio Barroso Aguiar – SCJP/ABONG (Titular)

Clóvis Mário de Lima – FÓRUM/PREZEIS (Titular)

Tania Bacelar de Albuquerque
Norma Lacerda
José Eduardo Santos Vital
Tatiana Maia da Silva Mariz
Daniel Gaio
Francisco José Couceiro de Oliveira
Romeu Neves Baptista
André Monteiro Costa
Maria Edízia de Oliveira Veiga
Maria José Marques Cavalcanti
Circe Maria Gama Monteiro
Antonio Benévolo Carrilho
José Luiz Soares Muniz de Araújo
Vera Lúcia Menelau de Mesquita
Antonio Aristóteles G. Bastos
Jorge Luiz Dantas Roma
Ma. Emilia Gouveia Lima Matos
Marco Antonio Borsoi
Carlan Carlo da Silva
Carlos Antonio Barroso Aguiar
Clóvis Mário de Lima